

DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA REUNI

PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES WITHIN THE FRAMEWORK OF THE PUBLIC POLICY REUNI

Alice Rodrigues Alencar Gonçalves¹

Ney Paulo Moreira²

RESUMO:

Busca-se desenvolver uma análise do desempenho das universidades federais brasileiras que aderiram ao REUNI, no período de 2008 a 2016. Realizou-se uma análise estatística descritiva dos indicadores propostos pelo TCU, no intuito de compreender a sua evolução após a implementação do REUNI. Verificou-se que, em média, as universidades federais brasileiras tiveram uma ligeira melhoria na qualidade dos cursos oferecidos. No entanto, a maioria das universidades não alcançou as metas do REUNI de elevação da taxa de conclusão média em cursos de graduação, tampouco da relação de dezoito alunos por professor. Apesar disso, é notável que, sob diversos aspectos relacionados à estrutura das universidades, como a composição do corpo docente e técnico, a qualificação do corpo docente e o envolvimento com pós-graduação, bem como aspectos relacionados à qualidade dos cursos ofertados, como a Taxa de Sucesso na Graduação, o Índice Geral de Cursos e o Conceito CAPES, as universidades tornaram-se um pouco mais homogêneas.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Desempenho; Universidades Federais; REUNI.

ABSTRACT

The study was performed aiming to carry out a performance analysis for Brazilian Federal Universities subscribed to the REUNI for the period from 2008 to 2016. A descriptive statistical analysis of the indicators proposed by the TCU was carried out in order to understand their evolution after the implementation of REUNI. Results show that Brazilian federal universities had a slight improvement in the quality of the courses offered. However, most universities did not meet the REUNI goals of raising the average completion rate in undergraduate courses, nor the ratio of eighteen students per teacher. In addition, in several respects related to the structure of universities, such as the composition of the teaching and technical staff, the qualification of the teaching staff and the involvement with graduate studies, as well as aspects related to the quality of the courses offered, such as Academic Success Rate, the General Course Index and the CAPES Concept, universities appeared to become somewhat more uniform.

KEYWORDS: Performance Indicators; Federal Universities; REUNI.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8437145899253314>.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras, mestre em Administração e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Professor da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3776691160293929>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

01 – INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, foi notório o crescimento da demanda por vagas no Ensino Superior e, tendo em vista tal expansão, foram necessárias medidas governamentais no intuito de ampliar o acesso desse nível de ensino. Essa ampliação é de suma importância, uma vez que, assim como outros países (PORTO; RÉGNIER, 2003), o Brasil possui um sistema educacional que tem se mostrado incapaz de absorver grande parte dos concluintes do ensino secundário.

Nesse sentido, tendo em vista a meta de expansão da oferta de educação superior constante no Plano Nacional de Educação, foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como principais objetivos garantir condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência nas universidades, garantir a qualidade a partir de inovações acadêmicas, promover a articulação entre os níveis de ensino, bem como qualificar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das universidades federais (BRASIL, 2007).

Sendo de competência da União organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições do sistema federal de ensino (BRASIL, 1996), dentre elas, as universidades federais, políticas de expansão consomem grandes quantias de recursos públicos, tornando imprescindível a utilização de mecanismos que visem garantir a utilização eficiente dos recursos utilizados nesse financiamento. Nesse sentido torna-se essencial a avaliação do desempenho das instituições públicas, uma vez que tal mecanismo subsidia informações relevantes que auxiliam no processo de tomada de decisões, resultando em uma gestão eficiente. Segundo Vidovich e Slee (2001), a análise de desempenho de gestão de instituições é considerada um processo significativo para aqueles que são receptores de seus resultados.

A partir dessa premissa, esta pesquisa está orientada a responder ao seguinte problema: Qual o desempenho das universidades federais brasileiras após a adesão ao programa REUNI? Buscou-se, portanto, desenvolver uma análise do desempenho das universidades que aderiram ao REUNI, tendo como referência os indicadores disponibilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Sua contribuição está em nortear a tomada de decisão das universidades brasileiras no

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

sentido de aplicarem seus recursos orçamentários visando ao estabelecimento da qualidade do desempenho institucional.

02 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Ensino Superior no Brasil

O ensino superior no Brasil veio se estabelecer por volta do século XIX, o que, segundo alguns estudiosos, reflete o seu advento tardio, quando comparado aos países latino-americanos (DURHAM, 2005; TEIXEIRA, 1989; CUNHA, 1980). Até então, a universidade do Brasil foi a universidade de Coimbra, para onde os estudantes da elite colonial portuguesa tinham que se deslocar, depois de cursar o ensino formal nos colégios dos jesuítas.

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no país somente em 1808 com a chegada da família real portuguesa, porém eram independentes umas das outras e possuíam orientação profissional, sendo inspiradas nas Grandes Escolas francesas, além de seguirem o mesmo modelo da mesma, uma vez que eram instituições mais voltadas ao ensino do que à pesquisa (OLIVEN, 2002).

Mesmo após a proclamação da república observou-se uma grande resistência à ideia de universidade, prevalecendo os cursos superiores isolados, com orientação profissional. Somente em 1920, através do Decreto nº 14.343/1920, que foi realmente criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, a qual resultou da fusão de faculdades profissionais pré-existentes (OLIVEN, 2002), e posteriormente, na década de 1930, foi criada a Universidade de São Paulo (SCHWARTZMAN, 2013).

A atual rede de universidades federais teve como origem a nacionalização, ou federalização, de várias universidades criadas a partir de iniciativas de governos estaduais e que em seguida passaram sua manutenção para o governo federal. Posteriormente, o governo federal foi criando novas universidades em diferentes estados e regiões, com o intuito de atender as demandas de políticos e lideranças regionais, sendo os estados mais beneficiados Rio de Janeiro e Minas Gerais (SCHWARTZMAN, 2013).

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Em 1998 o governo federal adotou medidas com o intuito de expandir o acesso ao ensino superior, inicialmente ampliando o número de vagas nas universidades já existentes, e então a partir de 2003 este processo foi intensificado através da expansão da oferta de cursos e vagas em direção ao interior dos estados brasileiros, por meio da abertura de novos *campi* e novas universidades (VINHAIS, 2013).

Nas últimas décadas notou-se um expressivo crescimento no número de matrículas no ensino superior, resultado do elevado número de formandos no ensino secundário, o que ocasionou um aumento na demanda por vagas, além de outras razões tais como a necessidade de melhor qualificação para enfrentar um mercado de trabalho instável e cada vez mais seletivo e excludente, bem como as mutações nos conteúdos exigidos para vagas no mercado de trabalho, o que faz com que muitos adultos tenham que retornar às salas de aula (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Tendo em vista tamanha expansão da demanda, medidas governamentais têm sido adotadas no intuito de ampliar o acesso ao ensino superior, em atendimento às metas previstas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Foi também instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

O REUNI teve como principal finalidade a redução de desigualdades sociais referentes ao acesso e à permanência no ensino superior. Para isso, o Governo Federal planejou alcançar, em cinco anos, a meta de 30% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. O programa estipulou também como meta elevar a taxa de conclusão média em cursos de graduação para 90% e a relação de um professor para dezoito alunos de graduação em cursos presenciais (BRASIL, 2007). O programa contou com a adesão de 53 universidades federais, sendo que os planos de 21 delas foram implantados no primeiro semestre de 2008, e as demais no segundo semestre do mesmo ano (BRASIL, 2009).

O número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil esteve em constante ascensão nos últimos anos, com um crescimento total de 103,98%, sendo

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

110,26% nas instituições de ensino superior privadas e 68,18% nas instituições públicas. No entanto, do ano de 2013 ao ano de 2015, ocorreram sucessivos decréscimos no número de instituições tanto privadas quanto públicas, chegando a cair cerca de 2,15% do número total de instituições, o que totalizou 2.364 instituições, sendo 2.069 privadas e 295 públicas, vindo então a crescer novamente no ano de 2016 (INEP, 2018).

Essa grande expansão do número de instituições públicas bem como do número de matrículas, demandam financiamento público, tornando-se necessária a utilização de mecanismos que visem garantir o emprego eficiente desses recursos. Portando, visando esta utilização eficiente dos recursos a avaliação do desempenho dessas instituições é de suma importância, seja por meio da prestação de contas dos recursos utilizados, pelo subsídio de informações que possam contribuir com o processo de gestão bem como às decisões de investimento. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p.195), a avaliação do desempenho

é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social.

Segundo Marinho e Façanha (2001), o termo desempenho pode assumir diversas conotações, variando conforme a ótica utilizada, sendo comum identificar na literatura as dimensões desejáveis de desempenho de organizações, dentre elas a efetividade, eficiência e eficácia, (HOFFMANN et. al 2014) afirmam que “esses indicadores exercerem importante papel de nortear as iniciativas de políticas públicas para a educação superior”. Percebe-se que o REUNI demonstra preocupação com a eficiência dos gastos públicos ao estabelecer como objetivo indireto, ou secundário, o melhor aproveitamento dos recursos das universidades federais, visando otimizar a estrutura pública.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

2.2 – Critérios para Avaliação de Desempenho das Universidades

A avaliação de desempenho em instituições de ensino superior pode ser dividida em dois tipos de análise, sendo a do desempenho acadêmico, relacionado à qualidade de ensino, da pesquisa, ao aproveitamento dos egressos no mercado de trabalho, dentre outros, e a análise relativa ao desempenho econômico financeiro destas instituições (KLANN et al., 2012). Vale lembrar que os indicadores são relevantes para a avaliação do desempenho e como ferramentas voltadas ao controle do gerenciamento (LUGOBONI, 2010).

Eficiência, eficácia, efetividade e relevância são os critérios de desempenho administrativo propostos por Sander (1995), tornando possível a avaliação das instituições educacionais em termos substantivos e instrumentais.

A eficiência e eficácia são critérios de avaliação de dimensão instrumental, sendo a eficiência o critério que revela a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, enquanto a eficácia revela a capacidade administrativa para alcançar as metas estabelecidas ou os resultados propostos a aspectos pedagógicos. Já a efetividade mede a capacidade de se produzir as respostas ou soluções para os problemas da sociedade, e a relevância mede o desempenho administrativo em aspectos relacionados à atuação da educação em termos de melhorias no desenvolvimento humano e social (SANDER, 1995).

A busca pela maior efetividade, maior redução de custos, maior grau de eficiência, melhores práticas gerenciais são algumas das variáveis que servem de parâmetro para medir o desempenho das organizações. Assim a gestão do desempenho é um conjunto de ações que visam sistematizar os resultados desejados e seus recursos necessários, adicionando instrumentos que alinham as estruturas implementadoras e padronizam o monitoramento e a avaliação (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, O Tribunal de Contas da União (TCU), em sua decisão nº. 408/2002, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior incorporassem em seus relatórios de gestão um total de nove indicadores de desempenho, a fim de que pudesse obter um histórico da evolução de informações gerenciais relevantes. Tais parâmetros são ferramentas auxiliaadoras no acompanhamento do desempenho

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

das entidades, servindo de instrumento de aperfeiçoamento da gestão destas (BRASIL, 2014).

03 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como quantitativa, descritiva e *ex post facto*. Quantitativa por utilizar de ferramental estatístico para analisar dados numéricos relativos aos indicadores de desempenho das universidades federais brasileiras. Descritiva, por ter como objetivo principal descrever características dos objetos estudados. E *ex post facto* por se tratar da análise de variáveis que representam o desempenho apresentado pelas universidades, não sendo possível a interferência do pesquisador sobre essas variáveis.

O estudo baseou-se na análise das instituições de ensino superior organizadas academicamente como universidades e cuja categoria administrativa seja pública federal. Buscou-se ainda contemplar as universidades que aderiram ao REUNI, no intuito de garantir uniformidade ao estudo, tendo em vista que o referido programa gerou significativas transformações nas estruturas organizacionais.

Das 54 universidades federais existentes em 2007, 53 aderiram ao programa, com implementação dos planos em 2008 (BRASIL, 2009). O REUNI estabeleceu metas a serem alcançadas num período de cinco anos, a contar do início de cada plano, por isso, o presente estudo abordou o período de 2008 a 2016, de forma a analisar todo o período do programa, até a presente data em que os dados são disponibilizados pelas universidades. Esses dados foram coletados nos Relatórios de Gestão, disponíveis no site do Tribunal de Contas da União (TCU). Em função da disponibilização de dados fora do padrão determinado pelo TCU, excluiu-se uma universidade do estudo, que contemplou, portanto, 52 universidades.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio da análise dos indicadores de desempenho das universidades federais, propostos pelo TCU por meio da Decisão nº 408/2002 (BRASIL, 2002), conforme descritos no Quadro 1:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Quadro 1 – Indicadores de Desempenho propostos pelo Tribunal de Contas da União, Brasil.

$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente}}{\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}$ <p>*AGE: Número de Alunos Equivalentes da Graduação; APTI: Número de Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral; e ARTI: Número de Alunos de Residência em Tempo Integral.</p>
$\text{Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente (AluPro)} = \frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores}}$ <p>*AGTI: Número de Alunos de Graduação em Tempo Integral; APTI: Número de Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral; e ARTI: Número de Alunos de Residência em Tempo Integral.</p>
$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (AluFun)} = \frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários}}$ <p>*AGTI: Número de Alunos de Graduação em Tempo Integral; APTI: Número de Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral; e ARTI: Número de Alunos de Residência em Tempo Integral.</p>
$\text{Funcionário / Professor (FunPro)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores}}$
$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)} = \frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$ <p>*D: Docentes doutores; M: Docentes mestres; E: Docentes com especialização; e G: Docentes graduados.</p>
$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\text{conceito de todos os cursos de pós-graduação}}{\text{número de cursos de pós-graduação}}$
$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de diplomados (NDI)}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$
$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{\text{AGTI}}{\text{AG}}$ <p>*AGTI: Número de Alunos de Graduação em Tempo Integral; e AG: total de alunos regularmente matriculados na graduação.</p>
$\text{Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{\text{APG}}{\text{AG} + \text{APG}}$ <p>*AG: total de alunos regularmente matriculados na graduação; e APG: total de alunos nos na pós-graduação <i>stricto sensu</i>, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.</p>

Fonte: BRASIL (2002).

Além das variáveis mencionadas anteriormente, buscou-se incluir na análise o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que mensura a qualidade de instituições de ensino superior. Portanto, procedeu-se à análise das estatísticas descritivas dos referidos indicadores, no intuito de compreender a sua evolução após a implementação do REUNI.

04 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para analisar o desempenho das universidades federais brasileiras que aderiram ao REUNI, foram calculadas as estatísticas descritivas dos indicadores propostos pelo TCU, no período de 2008 a 2016. Na Tabela 1, verificam-se os indicadores do Custo Corrente por Aluno Equivalente, sendo considerados tanto os

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

custos totais das universidades, no primeiro indicador, bem como com a exclusão dos custos dos hospitais universitários, no segundo indicador. O desdobramento dessa variável é sugerido pelo próprio TCU, tendo em vista que existem diferenças de custos significativas naquelas instituições que mantêm hospitais em suas estruturas, uma vez que esses estabelecimentos também atendem à comunidade em geral, incorrendo em custos que não estão necessariamente relacionados às atividades de ensino ou pesquisa.

Tabela 1 – Estatísticas dos indicadores de Custo Corrente por Aluno Equivalente, Brasil, 2008-2016

	Ano	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Máximo	Mínimo
Com Hospital Universitário	2008	19.996,91	8.101,36	40,51%	62.036,90	10.718,31
	2009	21.856,95	7.207,65	32,98%	55.676,38	10.148,13
	2010	21.605,80	6.985,38	32,33%	54.982,52	11.401,54
	2011	21.527,65	7.631,02	35,45%	60.386,78	12.844,18
	2012	20.793,60	5.491,95	26,41%	44.535,47	12.787,72
	2013	22.541,54	6.282,24	27,87%	47.369,33	13.140,90
	2014	22.616,56	5.281,58	23,35%	37.846,29	12.198,47
	2015	20.582,94	4.582,81	22,27%	33.356,52	10.216,88
	2016	20.166,95	4.656,12	23,09%	33.495,23	10.523,66
Sem Hospital Universitário	2008	19.229,77	7.298,39	37,95%	54.559,91	10.718,31
	2009	20.125,33	6.189,05	30,75%	48.292,48	9.508,85
	2010	19.848,28	6.281,04	31,65%	50.388,22	9.459,98
	2011	19.761,77	7.218,22	36,53%	58.289,34	10.657,58
	2012	18.737,44	4.201,69	22,42%	33.176,25	10.678,14
	2013	20.771,63	5.481,08	26,39%	41.818,77	11.288,90
	2014	20.906,07	4.383,80	20,97%	33.662,01	12.198,47
	2015	19.198,48	4.059,74	21,15%	29.839,74	7.783,95
	2016	18.880,83	4.028,29	21,34%	30.001,50	10.523,66

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Ressalta-se que os valores dos indicadores de custos foram atualizados monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), para que fosse possível a sua análise excluindo os efeitos da inflação. Nesse sentido, notou-se um pequeno aumento do custo por aluno a partir de 2009, com tendência de redução desses valores em 2015 e 2016. Pode-se também observar que o custo corrente das universidades federais mostra grande dispersão em torno da média, o que caracteriza uma heterogeneidade dessas instituições com relação a utilização de recursos financeiros no financiamento de suas atividades. Apesar de expressiva, tal variação apresenta uma queda ao longo do período analisado, o que pode ser evidenciado ao observar o coeficiente de variação, o que indica que com o passar do tempo as universidades estão se tornando mais homogêneas.

Esta dispersão em torno dos valores médios do custo corrente, pode ser justificado por diferentes demandas de recursos, em função da área do conhecimento dos cursos oferecidos por cada universidade, assim como o tamanho da estrutura e a quantidade de cursos ofertados em cada uma delas.

Verifica-se que o número médio de alunos por professor sofreu uma pequena queda nos anos de 2008 a 2013 (TABELA 2), voltando a crescer nos anos seguintes até alcançar um valor um pouco acima do observado em 2008. Apesar dos valores médios não apresentarem mudanças significativas ao longo do tempo, a dispersão desses dados em torno da média evidencia e confirma a tendência à maior homogeneidade observada anteriormente.

Tabela 2 – Estatísticas do indicador Aluno em Tempo Integral por Professor Equivalente (AluPro), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	12,33	2,74	22,25%	18,71	5,76
2009	11,60	2,75	23,73%	16,52	5,16
2010	11,47	2,42	21,05%	16,89	7,50
2011	11,63	2,57	22,08%	16,01	3,76
2012	11,85	2,69	22,74%	16,46	5,12
2013	11,84	2,50	21,09%	16,78	5,45
2014	12,11	2,29	18,93%	16,14	7,34
2015	12,49	2,22	17,79%	16,61	7,41
2016	12,42	2,43	19,54%	20,25	7,70

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Tendo em vista a expansão do ensino superior e um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, o programa REUNI teve como meta global o aumento da relação aluno em tempo integral por professor para dezoito. Observou-se, no entanto, que a média desse índice em 2008 (TABELA 2) foi de 12,33 alunos por professor, apresentando decréscimos durante os seis anos seguintes, e só em 2015 atingiu um patamar um pouco superior (12,49), denotando que, em média, as universidades federais não foram capazes de atender à meta estabelecida pelo REUNI.

Evolução semelhante é observada na relação entre o número de alunos por funcionário, apresentando também ligeiro aumento desse indicador no ano de 2016 com relação ao ano de 2008 (TABELA 3). Porém, verifica-se que a variabilidade dessa variável é maior, ao observar o coeficiente de variação. Portanto, em termos da composição do corpo técnico e administrativo, existem grandes diferenças entre as

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

universidades, talvez também em função de demandas específicas das áreas do conhecimento dos cursos oferecidos, bem como da magnitude da estrutura administrativa exigida em cada instituição.

Tabela 3 – Estatísticas dos indicadores Aluno em Tempo Integral por Funcionário Equivalente (AluFun), Brasil, 2008-2016

	Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
Com Hospital Universitário	2008	6,79	2,71	39,99%	18,33	1,61
	2009	6,63	2,15	32,40%	14,18	1,68
	2010	6,49	1,87	28,82%	12,48	2,24
	2011	6,66	2,03	30,55%	13,18	1,94
	2012	6,53	2,11	32,36%	12,10	1,97
	2013	6,50	2,22	34,16%	12,96	2,13
	2014	6,39	1,91	29,90%	13,40	2,98
	2015	6,97	2,20	31,62%	14,37	3,56
	2016	7,32	2,35	32,08%	14,03	2,79
Sem Hospital Universitário	2008	8,85	2,91	32,87%	18,33	3,09
	2009	8,53	2,31	27,11%	14,18	4,06
	2010	8,39	2,24	26,71%	13,89	4,60
	2011	8,35	2,24	26,87%	13,73	4,25
	2012	8,31	2,42	29,11%	14,75	3,57
	2013	8,09	2,73	33,70%	17,87	2,73
	2014	7,89	2,01	25,52%	13,40	4,45
	2015	8,53	2,17	25,46%	14,37	3,94
	2016	8,94	3,55	39,67%	29,26	5,14

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Como se pode notar na Tabela 4, a relação entre o número de funcionários e professores indica grande dispersão em torno da média, principalmente ao considerar também aqueles funcionários que atuam em hospitais universitários. Ressalta-se, no entanto, que a variabilidade entre esses indicadores tem diminuído como o tempo, demonstrando também uma tendência à maior homogeneidade entre as estruturas administrativas e acadêmicas das universidades federais que aderiram ao REUNI.

Tabela 4 – Estatísticas dos indicadores de Funcionário Equivalente por Professor Equivalente (FunPro), Brasil, 2008-2016

	Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
Com Hospital Universitário	2008	2,09	1,06	50,79%	7,63	0,58
	2009	1,93	0,82	42,38%	5,60	0,88
	2010	1,91	0,63	33,19%	3,92	0,90
	2011	1,97	0,70	35,70%	4,44	0,75
	2012	1,98	0,68	34,19%	4,19	0,79
	2013	2,03	0,77	37,77%	4,28	0,79
	2014	2,02	0,56	27,94%	3,36	0,99
	2015	1,92	0,58	30,39%	3,71	1,04
	2016	1,84	0,60	32,35%	4,33	1,02
Sem Hospital Universitário	2008	1,50	0,51	33,96%	3,38	0,58
	2009	1,42	0,44	31,20%	3,34	0,86
	2010	1,44	0,41	28,53%	3,13	0,90
	2011	1,48	0,40	27,14%	2,83	0,75
	2012	1,50	0,40	26,84%	3,05	0,79
	2013	1,60	0,57	35,89%	3,65	0,79
	2014	1,60	0,41	25,58%	3,16	0,99
	2015	1,53	0,37	24,36%	3,09	1,04
	2016	1,47	0,38	26,11%	3,05	0,65

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Ao analisar-se o nível de qualificação do corpo docente (TABELA 5), nota-se um expressivo aumento desse indicador ao longo do tempo, tendo uma média de 3,82 em 2008, melhorada ao nível de 4,28 em 2016. Esse aumento sugere que possa existir uma preocupação da administração destas instituições em incentivar a capacitação dos seus docentes, assim como em contratar professores com os mais elevados títulos acadêmicos. Nota-se que a variação desse índice em torno da média obteve decréscimos ao longo do período, mesmo que os valores mínimos ainda apontem universidades com baixa titulação média dos docentes.

Tabela 5 – Estatísticas do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	3,82	0,47	12,31%	4,84	2,83
2009	3,92	0,46	11,66%	4,87	2,83
2010	4,03	0,40	10,06%	4,88	3,04
2011	4,04	0,41	10,12%	4,89	2,94
2012	4,10	0,37	8,99%	4,89	3,27
2013	4,16	0,39	9,45%	4,92	3,18
2014	4,21	0,40	9,44%	4,91	3,28
2015	4,24	0,36	8,56%	4,92	3,36
2016	4,28	0,37	8,55%	4,92	3,38

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Quanto ao conceito CAPES, pode-se observar um ligeiro aumento ao longo do período analisado (TABELA 6). O que revela que a pós-graduação apresentou uma melhoria na qualidade dos cursos oferecidos, tendo então uma relação positiva com

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

o desempenho dos discentes, uma vez que uma pós-graduação de qualidade, conseqüentemente indica um ensino de graduação de boa qualidade. Sugere-se ainda que a maior qualificação do corpo docente possa ter influenciado no desempenho dos cursos de pós-graduação, ao passo que quanto maior o núcleo de docentes doutores, maior será a dedicação às atividades de pesquisa científica.

Tabela 6 – Estatísticas do Conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação, Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	3,79	0,59	15,63%	5,04	3,00
2009	3,82	0,56	14,77%	5,00	3,00
2010	3,88	0,59	15,13%	5,18	3,00
2011	3,83	0,57	14,79%	5,18	3,00
2012	3,82	0,58	15,05%	5,11	3,00
2013	3,89	0,58	14,94%	5,22	3,00
2014	3,99	0,67	16,73%	6,36	3,00
2015	3,97	0,66	16,57%	6,43	3,00
2016	3,87	0,55	14,21%	5,23	3,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Ao analisar a Tabela 7, verifica-se que a taxa de sucesso na graduação mostrou uma redução ao longo do período, e ao observar os valores de máximo nota-se que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2012 estão acima de 1, o que sugere que possa ser decorrente da retenção de alunos que vieram a se formar após o período tido como padrão para os cursos. Apesar disso, com a implantação do REUNI houve um aumento do número de vagas nas universidades. Nesse sentido a taxa de sucesso na graduação está sendo influenciada pela entrada de um quantitativo excepcional de alunos sem o conseqüente aumento deste na condição de formandos, o que explica a queda no valor desse indicador.

Tabela 7 – Estatísticas da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	0,66	0,17	25,67%	1,01	0,04
2009	0,64	0,19	30,40%	1,28	0,10
2010	0,60	0,17	27,85%	1,02	0,17
2011	0,58	0,15	26,74%	0,90	0,21
2012	0,57	0,17	29,46%	1,16	0,14
2013	0,50	0,12	25,18%	0,79	0,14
2014	0,48	0,14	28,27%	0,90	0,22
2015	0,49	0,12	23,71%	0,86	0,28
2016	0,48	0,12	24,40%	0,89	0,28

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Observou-se que o grau de participação estudantil (TABELA 8) tem sofrido decréscimos ao longo do período analisado, o que indica que os alunos têm utilizado cada vez menos a capacidade instalada nas instituições bem como tem reduzido a velocidade de integralização curricular. Tem-se que quanto mais alunos em tempo integral nas instituições, melhor será a sua formação acadêmica, e conseqüentemente, melhor será seu desempenho no futuro, além de que se otimizará a utilização da estrutura das universidades, maximizando a eficiência do gasto público. A redução desse indicador pode revelar uma dificuldade no preenchimento das vagas que foram criadas, tendo em vista que, embora tenham ocorrido investimentos na ampliação das universidades, parece que o quantitativo de matrículas não sofreu o acréscimo na mesma proporção.

Tabela 8 – Estatísticas do Grau de Participação Estudantil (GPE), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	0,81	0,16	19,13%	1,44	0,42
2009	0,78	0,17	21,76%	1,34	0,45
2010	0,77	0,18	22,84%	1,43	0,43
2011	0,73	0,14	19,62%	1,24	0,41
2012	0,71	0,16	22,15%	1,24	0,37
2013	0,70	0,15	21,57%	1,19	0,33
2014	0,72	0,12	16,30%	1,09	0,39
2015	0,76	0,13	17,60%	1,20	0,37
2016	0,75	0,14	18,31%	1,18	0,38

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Nota-se que a média do grau de envolvimento com pós-graduação (TABELA 9) sofreu pequenas variações ao longo do período analisado, variando de 0,11 a 0,13, o que demonstra que manteve praticamente inalterado o envolvimento dos discentes em atividade de pesquisa e pós-graduação. Vale lembrar que o maior envolvimento do discente favorece seu desempenho, além de subsidiar mais investimentos em novos laboratórios, bibliotecas, grupos e projetos de pesquisa, bolsas, dentre outros.

A variabilidade desse aspecto houve uma considerável redução e, os valores máximos e mínimos observados sugerem que tanto as instituições que possuem maior dedicação às atividades de pós-graduação quanto as que possuem um pequeno envolvimento, passaram a oferecer mais vagas em cursos de pós-graduação, tornando-as um pouco mais homogêneas.

Tabela 9 – Estatísticas do Grau de Envolvimento com Pós-graduação (GEPG), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	0,12	0,09	72,15%	0,44	0,01
2009	0,11	0,08	69,42%	0,38	0,01
2010	0,12	0,08	69,41%	0,39	0,01
2011	0,11	0,07	63,51%	0,30	0,02
2012	0,11	0,07	64,66%	0,30	0,01
2013	0,12	0,07	59,81%	0,30	0,02
2014	0,12	0,07	58,01%	0,30	0,02
2015	0,13	0,07	53,94%	0,30	0,02
2016	0,12	0,06	49,73%	0,29	0,02

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

Verifica-se que ao longo do período analisado o Índice Geral de Cursos (IGC) (TABELA 10), sofreu um ligeiro aumento, o que indica que após a implantação do REUNI a qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições federais de ensino superior se elevaram, bem como se notou também uma redução na variabilidade desse indicador, sugerindo também maior homogeneidade em termos da qualidade do ensino superior.

Tabela 10 – Estatísticas do Índice Geral de Cursos (IGC), Brasil, 2008-2016

Ano	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Máximo	Mínimo
2008	3,26	0,57	17,43%	4,39	1,97
2009	3,28	0,58	17,68%	4,40	2,05
2010	3,40	0,53	15,49%	4,31	2,06
2011	3,40	0,44	13,04%	4,28	2,55
2012	3,39	0,44	12,96%	4,28	2,55
2013	3,39	0,45	13,31%	4,29	2,46
2014	3,39	0,49	14,35%	4,35	2,36
2015	3,40	0,47	13,90%	4,29	2,34
2016	3,43	0,44	12,74%	4,30	2,46

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

A análise da matriz de correlação indica moderada associação entre os indicadores Alunos em Tempo Integral por Funcionário Equivalente (AluFun) e Funcionário Equivalente por Professor Equivalente (FunPro), Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) e Conceito CAPES, bem como com o Índice Geral de Cursos (IGC), o Grau de Envolvimento com Pós-graduação (GEPG) e o Conceito CAPES. Notou-se ainda forte correlação entre os indicadores Conceito CAPES e GEPG, assim como IGC e IQCD. As relações entre as demais variáveis foram fracas ou estatisticamente não significativas (TABELA 11).

Tabela 11 – Matriz de Correlação dos Indicadores de Desempenho das Universidades Federais, Brasil, 2008-2016

	AluFun	FunPro	GPE	GEPG	CAPES	IQCD	TSG	IGC
AluFun	1,0000							
FunPro	-0,6839*	1,0000						
GPE	0,1104**	0,2622*	1,0000					
GEPG	-0,0428	0,3803*	0,3498*	1,0000				
CAPES	-0,1365*	0,3881*	0,1922*	0,7860*	1,0000			
IQCD	-0,1438*	0,3177*	0,1981*	0,6868*	0,5957*	1,0000		
TSG	0,1314*	-0,0553	0,0455	0,0304	0,0061	0,1624*	1,0000	
IGC	-0,1762*	0,3863*	0,2366*	0,6972*	0,6771*	0,7757*	0,0474	1,0000

Fonte: Resultados da pesquisa (2018).

* significativo a 1%

** significativo a 5%

Pode-se notar uma moderada associação inversa entre a relação de alunos em tempo integral e funcionários (AluFun) e a relação entre funcionários e professores equivalentes (FunPro), o que indica que quanto maior o quantitativo de alunos em relação aos funcionários, menor é a quantidade de funcionários por professor. Essa constatação pode ser explicada pelo fato de universidades cujos cursos demandem menor quantitativo de funcionários técnicos, sejam administrativos ou que atuem na manutenção ou em laboratórios, dependam em maior proporção da mão de obra docente. Ressalta-se que nessa análise foram apresentados apenas os indicadores que contemplam também funcionários vinculados a hospitais universitários, tendo em vista que a análise com a exclusão desses funcionários apontou resultados semelhantes.

Percebe-se uma forte relação entre o conceito CAPES das universidades e o seu envolvimento com a pós-graduação (GEPG). O coeficiente de correlação indica que quanto maior a proporção de alunos matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, maior é o conceito obtido pelos cursos de pós-graduação da universidade. Esses resultados sugerem que aquelas instituições com maior dedicação à pós-graduação conseguem apresentar melhor desempenho e maior contribuição à comunidade científica, tendo em vista que o conceito CAPES reflete aspectos da qualidade dos cursos oferecidos, bem como a relevância de suas produções acadêmicas.

A qualificação do corpo docente das universidades (IQCD) apresentou moderada correlação como o envolvimento das instituições com a pós-graduação (GEPG) e com o conceito CAPES. Ambos os indicadores mostraram uma associação

positiva com a qualificação dos docentes, fato que pode ser justificado pela exigência de titulação mínima para o oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, além do fato de que as instituições que contam com quadros docentes mais qualificados apresentam maior dedicação à pesquisa, contribuindo com a publicação científica e, conseqüentemente, com o conceito CAPES.

Por sua vez, o Índice Geral de Cursos (IGC), que mede a qualidade dos cursos oferecidos pelas universidades, apresentou moderada associação com o envolvimento com pós-graduação (GEPG) e com o conceito CAPES, assim como forte correlação positiva com a qualificação do corpo docente (IQCD). Essa constatação indica que aquelas instituições que incentivam a qualificação do seu corpo docente e que investem no oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* de qualidade, apresentam melhor desempenho na avaliação nacional.

05 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse estudo desenvolver uma análise do desempenho das universidades federais brasileiras que aderiram ao REUNI, abordou-se, portanto, o período de 2008 a 2016. Verificou-se que as universidades não alcançaram as metas de elevação da taxa de conclusão média em cursos de graduação, tampouco da relação de dezoito alunos por professor. Apesar disso, é notável que, sob diversos aspectos relacionados à estrutura das universidades, como a composição do corpo docente e técnico, a qualificação do corpo docente e o envolvimento com pós-graduação, bem como aspectos relacionados à qualidade dos cursos ofertados, como a Taxa de Sucesso na Graduação, o Índice Geral de Cursos e o Conceito CAPES, as universidades tornaram-se um pouco mais homogêneas.

Como limitações da pesquisa pode-se apontar que o estudo contemplou momentos em que ocorreram greves de servidores das universidades, nos anos de 2012 e 2015, implicando em descompassos nos calendários acadêmicos dessas instituições, tendo em vista que nem todas as universidades aderiram às paralizações. Além disso, embora o período estabelecido como meta do REUNI ter sido de cinco anos, as instituições ampliaram a oferta de cursos também nos anos posteriores à implantação do programa, estendendo, portanto, o prazo necessário para o

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

preenchimento dessas vagas e a esperada otimização das estruturas criadas. Por isso, tendo em vista a contemporaneidade da expansão do ensino superior, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas contemplando períodos maiores, de forma a evidenciar os efeitos a longo prazo da ampliação desse nível de ensino.

06 – REFERÊNCIAS

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Lei nº 9.394/1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Relatório de gestão exercício ano 2013*. Brasília: MEC, 2014.

_____. Ministério da Educação/SESu. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. REUNI 2008 - Relatório de Primeiro Ano*, 30 de outubro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 set. 2018.

_____. Tribunal de Contas da União. *Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão: decisão plenária nº 408/2002*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CUNHA, L. A. O Ensino Superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, abr/2003.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação brasileira (1995 – 2009): do Provão ao SINAES. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, S.; BROCK, C. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2005.

HOFFMANN C.; ZANINI R. R.; CORRÊA A. C.; SILUK J. C. M.; SCHUCH JR V. F.; ÁVILA L. V. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 651-666, jul./set. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2015. Brasília, 2018, 2 ed. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

KLANN, R. et al. Avaliação de desempenho das Instituições de Ensino Superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). *Contabilidade, gestão e governance*, Brasília, v. 15, nr. 3, p. 71-87, set./dez. 2012.

LUGOBONI, L. F. (2010). *Modelos de avaliação de desempenho organizacional em instituições de ensino superior na grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - São Caetano do Sul, 127 p.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. *Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Texto para discussão nº 787. Rio de Janeiro, IPEA, abr./2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0787.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

OLIVEN, A. C. *Histórico da educação superior no Brasil*. In: SOARES, Maria Suzana Arrosa (coord). *A educação superior no Brasil*. Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. *O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória*.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XVIII Jul-dez 2018	Trabalho 06 Páginas 81-100
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SANDER, B. *Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas: Autores Associados, 1995.

SCHWARTZMAN, S. *Universidades: nacionais, regionais*. Rio de Janeiro: IETS, maio 2013. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=4487&lang=pt-br>>. Acesso em: 01 set. 2018.

TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VIDOVICH, L.; SLEE, R. Bringing universities to account? Exploring some global and local policy tensions. *Journal of education policy*, v. 16, nr. 5, p. 431-432, 2001.

VINHAIS, H. E. F. *Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil*. 234 p. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/pt-br.php>>. Acesso em: 01 set. 2018.